

Os desafios da constituição de uma rede organizacional no setor de vitivinicultura do Vale do São Francisco

Angela Cristina Rocha de Souza¹
Maria Iraê de Souza Corrêa²
Sergio Carvalho Benício de Melo³

Resumo

Os deslocamentos da sociedade moderna introduziram novos posicionamentos e desafios para a gestão das empresas e o surgimento de novos formatos organizacionais. Um questionamento passa a ser o de compreender as organizações na pós-modernidade tomando por base as teorias desenvolvidas na modernidade. Este estudo visa compreender o processo de organização de um arranjo produtivo local. Para isso, analisamos o setor de vitivinicultura do Vale do São Francisco. O caminho adotado para realizar este objetivo foi o da teoria do discurso de Ernesto Laclau. Observamos que a consolidação do arranjo dependerá da capacidade de seus atores em se articular em prol de suas convergências buscando deixar de fora suas particularidades.

Palavras-chave: Redes organizacionais; Teoria do discurso; Vitivinicultura.

Résumé

Les mutations dans la société moderne ont introduit de nouveaux positionnements et des défis à la gestion des entreprises et l'apparence de nouvelles formes organisationnelles. Cela pose la question de comment comprendre les organisations dans la postmodernité en prenant pour base les théories développées dans la modernité. Cette étude cherche à comprendre le processus d'organisation d'un arrangement productive local. Pour cela, nous avons analysé le secteur de la viticulture de la vallée du Saint Francisco. Le chemin adopté pour accomplir cet objectif a été celui de la théorie du discours d'Ernesto Laclau. Nous avons observé que la consolidation de l'arrangement dépendra de la capacité des acteurs de s'articuler vers des convergences laissant en dehors leurs propres particularités.

Mots-clés: Réseau d'organisations; Théorie du discours; Viticulture.

Abstract

The displacement of modern society introduced new positions and challenges for the management of enterprises and the emergence of new organizational blueprint. A question

¹ Graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologia, Estudos Culturais e Consumo – GTECC/PROPAD/UFPE. Tem experiência na área de ensino e pesquisa em Administração. Atua principalmente com os seguintes temas: Estratégia de Orientação para o Mercado; Estudos Culturais, Relacionamento de Culturas (Produção e Consumo). Bolsista da CAPES na Universidade Pierre Mendès France - Grenoble 2. acsouza@gmail.com.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Administração pela UFPE e atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologia, Estudos Culturais e Consumo – GTECC/PROPAD/UFPE. Tem experiência na área de ensino e pesquisa em Administração. Atua principalmente com os seguintes temas: Empreendedorismo; Estudos Culturais, Relacionamento de Culturas (Produção e Consumo). mariairae@hotmail.com.

³ Tem formação na área de Administração de Empresas, tendo alcançado o título de Doutor pela The City University (Cass Business School) Londres, Reino Unido. É professor adjunto 4 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista de produtividade em pesquisa em Administração, atuando principalmente com os seguintes temas: Relacionamento e Mercado, Cultura de Consumo, Cultura de Produção, Tecnologia e Cultura. Sergio.benicio@pesquisador.cnpq.br.

that remains to be answered regards the understanding of organizations in post-modern times based on the theories developed in modernity. This study aims to understand the process of organizing a local productive arrangement. For this, we analyzed the wine industry of the San Francisco valley - Brazil. To achieve this goal, Ernesto Laclau's theory of discourse was adopted. We observed that the consolidation of arrangement will depend on the capacity of its actors in to articulate in favour of its convergences leaving outside its particularities.

Keywords: Network of organizations; Theory of discourse; Wine production.

1. Introdução

A revolução da tecnologia da informação e comunicação têm impulsionado a reestruturação do capitalismo em direção a uma economia que se caracteriza pela globalização de suas atividades; pela flexibilização dos processos produtivos; por uma virtualidade real baseada num sistema de mídia diversificado e pela compressão espaço-tempo (CASTELLS, 1997). Expressões como pós-modernidade, pós-industrialismo e pós-fordismo (cf. SENNETT, 2002; HARVEY, 1998), entre outras, têm sido utilizadas na tentativa de nomear a condição resultante dessas transformações que, iniciadas no âmbito das sociedades industriais ocidentais, vêm se expandindo pelas diversas regiões a partir da globalização – fenômeno complexo, associado às mudanças culturais, tecnológicas e políticas (GIDDENS, 2003).

Para Benko (2001), neste processo, há uma crescente diferenciação e especialização dos espaços, passando as regiões a representarem verdadeiras fontes de vantagens concorrenciais. O local passa a ser valorizado nas estratégias das empresas, via desconcentração e desverticalização industrial. O mesmo ocorre em relação aos Estados por meio da descentralização político-administrativa, descobrindo-se na proximidade das empresas com outros atores locais, papel determinante na competitividade das atividades econômicas.

Neste contexto, a presença de empresas transnacionais em vários países do mundo se constitui em um movimento de desterritorialização, que não se refere apenas à fabricação de produtos compostos, com partes fabricadas em vários lugares do mundo, mas está na base da formação de uma cultura internacional-popular cujo ponto de apoio é o mercado consumidor (ORTIZ, 1994). Emergem atores interorganizacionais, apoiados nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, que se articulam para defesa dos interesses hegemônicos pautados nos valores do mercado, impondo padrões de competitividade, inclusive, em alguns casos, em detrimento do equilíbrio local.

A busca das empresas por novas oportunidades tem contribuído para o surgimento de centros produtivos caracterizados como ambientes diaspóricos. Um exemplo deste movimento é o setor de vitivinicultura do Vale do Rio São Francisco, que vem se transformando em uma fronteira agroindustrial que tem atraído empresas estrangeiras e de outras regiões do país (ASFORA, 1999). Este setor tem se desenvolvido a partir da articulação de uma rede que envolve os setores público, privado e o terceiro setor.

O conceito de rede tem sido utilizado no estudo das relações entre organizações, tendo em vista as novas condições de existência das formas contemporâneas de gestão estruturadas no formato de redes, cadeias, conglomerados e alianças estratégicas, típicas organizações pós-fordistas. Segundo Castells (1997), a sociedade em rede é um novo formato destinado a responder às demandas por agilidade, flexibilidade, mobilidade e capacidade de produzir conhecimento e de tratar a informação com eficácia. Para as organizações, trata-se de uma forma de acompanhar a rápida transformação cultural, tecnológica e institucional, e de se adaptar a uma atmosfera onde a inovação torna-se a arma competitiva principal.

No campo da Administração, estas redes são denominadas de várias formas. Alguns autores; por exemplo, as denominam de Arranjo Produtivo Local – APL (CASSIOLATO E LASTRES, 1999; 2004; LASTRES E CASSIOLATO, 2002) enquanto outros as chamam de Sistema Produtivo Local - SPL (AZEVEDO, 2003; COURLET, 2001; COURLET *ET AL*, 2006) ou ainda de *Clusters* (PORTER, 1999). De acordo com Cassiolato e Lastres (2001), os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento.

Nos estudos organizacionais, contudo, como apontam Gobbi *et al* (2005), as abordagens sobre as redes geralmente são centradas nos aspectos morfológicos e silenciam sobre as dimensões relacionadas ao jogo de poder presente nas interações sociais mediadas pelas redes. Segundo Corrêa (2006), a análise das redes têm priorizado os aspectos formais em detrimento da compreensão das mediações culturais, bem como as disputas e as relações de poder subjacentes. Visões inspiradas nas categorias biológicas são privilegiadas, tratando as redes como o aparato conceitual empregado para ecossistemas naturais, tais como: relação predatória, mútua dependência e cooperação (GOBBI *ET AL.*, 2005).

A esse respeito, as mudanças decorrentes da crise da modernidade têm suscitado um debate referente a adequação dos referenciais teóricos funcionalistas e estruturalistas, desenvolvidos a partir de bases modernas, para compreender os formatos organizacionais que emergem em um mundo pós-moderno.

Diante, portanto, dos deslocamentos da sociedade moderna que introduziram novos posicionamentos e desafios para a gestão das organizações assim como sobre a compreensão das mesmas questionamos como **se constituem as redes organizacionais no contexto da sociedade contemporânea?** Desta forma, este estudo visa compreender o processo de organização de um APL, a partir das articulações de grupos de interesses ligados ao setor público, ao setor privado e ao terceiro setor. Para isso, analisamos, como um caso ilustrativo, o setor de vitivinicultura do Vale do São Francisco.

2. Fundamentação teórica

O conhecimento no campo dos estudos organizacionais

Os debates teóricos nos estudos organizacionais encontram-se atravessados pelas disputas que caracterizam a crise da modernidade e a emergência de uma condição contemporânea que traz novos desafios para as organizações e seus processos. Um questionamento fundamental passa a ser o de compreender as organizações na pós-modernidade tomando por base os referenciais teóricos desenvolvidos a partir das bases modernas.

O conhecimento predominante sobre organizações tem sido produzido no interior do paradigma funcionalista. Desde seu início, as organizações modernas foram caracterizadas como sistemas sociais e a sociologia funcionalista forneceu o arcabouço conceitual para o entendimento deste tipo de sistema. Muitos sociólogos se debruçaram sobre o estudo das organizações (Max Weber, Talcot Parsons, Robert Merton, os mais citados), produzindo teorias que embasaram as obras dos autores que se preocuparam mais diretamente com a

← --- Mise en forme : Puces et numéros

administração das organizações, entendidas como sistemas sociais (Mary Parker Follet, Chester Barnard, Katz e Kahn, Helton Mayo, entre outros).

Este corpo de conhecimento, contudo, tem recebido uma série de críticas que colocam em cheque os pilares nos quais se apóiam suas teorias sobre as organizações. Sua base epistemológica se constrói em solo positivista, como apontam Westwood e Clegg (2003), que lembram que o funcionalismo foi o caminho para a busca de regularidades causais nos estudos organizacionais. Os pressupostos positivistas tornaram-se insustentáveis a partir de meados do século XX, reconhecidos os limites das verdades científicas e do conhecimento produzido no interior deste paradigma (CHALMERS, 1993; LATOUR, 2000).

Um dos aspectos criticados se refere às metáforas orgânicas utilizadas como conceitos-chave do pensamento funcionalista tanto na teoria dos sistemas como no paradigma da complexidade. As metáforas ultrapassaram sua função de símbolos e passaram a ser tomadas como representação do real (MISOCZKY, 2003; SOUZA, 2001). Outra questão é a naturalização dos fenômenos que tende a ocultar sua intencionalidade, sua historicidade. Na teoria sistêmica, como aponta Clegg (1998), as organizações tendem a ser caracterizadas de um modo esquemático e simplificado, por apenas um tipo de racionalidade formal, de hierarquia, de planejamento, de impessoalidade, de objetivos e eficiência, e não para uma pluralidade de racionalidades possíveis e reais.

Essas considerações nos têm levado a alguns questionamentos: Por que não conseguimos nos libertar dos pressupostos científicos do século XIX, aquele que produz conhecimento a partir de leis, modelos? O que nos faz supor que as leis e princípios que regem os sistemas naturais se aplicam também ao mundo social? Por que resistimos, como lembra Souza (2001), em olhar para as organizações como fenômenos singulares, políticos, morais, intencionais, históricos, humanos, compostos de culturas, valores, disputas de poder, enfim, de todas estas características que não cabem aos sistemas naturais?

Outra corrente de pensamento, o estruturalismo, apresenta influência na produção de conhecimento das ciências sociais e dos estudos organizacionais. Ele foca sua análise não em sistemas como totalidades orgânicas mas na busca pelas relações estruturais entre os elementos de um mundo social real. O conflito e a mudança social resultam das contradições internas profundamente arraigadas ao sistema (que neste caso não possui uma conotação orgânica). De acordo com Burrell e Morgan (1979), comum aos teóricos do estruturalismo é a visão de que a sociedade contemporânea se caracteriza por conflitos fundamentais que geram mudanças radicais, para as quais buscam construir modelos explicativos.

Os limites atribuídos ao estruturalismo têm sido seu caráter a-histórico, o favorecimento de forças estruturais determinísticas em detrimento da agência social. O paradigma estruturalista também foi problematizado por sua noção de estruturas fechadas e centradas e, nesse sentido, as abordagens pós-estruturalistas têm enfatizado, segundo Torfing (1999), o papel do significado dentro de estruturas descentradas conduzindo assim à noção de discurso como conceito central para a compreensão dos processos sociais, seja em suas permanências, seja em suas mudanças.

Assim, se podemos apontar limites da abordagem funcionalista para o entendimento das organizações modernas, que ela ajudou a constituir, o que dizer do referencial teórico do estruturalismo para a compreensão de um mundo onde transformações estruturais apontam para a emergência de uma condição pós-moderna? Dentro deste debate teórico, questionamos, então, a adequação dos estudos sobre a constituição das redes organizacionais sob estes paradigmas.

Os desafios de pensar as organizações na sociedade contemporânea

← Mise en forme : Puces et numéros

O deslocamento dos pilares centrais da sociedade moderna tem abalado os quadros de referência produzindo novas identidades no contexto de novas formas de organização, que vêm sendo discutidas pelas ciências sociais a partir da idéia de que as teorias explicativas sobre o tema precisam ser revistas. Temos então o desafio de compreender a emergência dessas identidades organizacionais em uma condição pós-moderna. A pós-modernidade nomeia o surgimento de uma nova ordem global que ocorre “de uma maneira anárquica, fortuita, trazida por uma mistura de influências. Ela não é firme nem segura, mas repleta de ansiedades, bem como marcada por profundas divisões” (GIDDENS, 2003, p.28).

Segundo Hall (1996), o que torna característica essa condição contemporânea, que ele chama de Novos Tempos, são disputas que não necessariamente partilham dos mesmos interesses, nem possuem características que as unam espontaneamente. Na maioria das vezes, elas não estão institucionalizadas, atreladas a partidos políticos ou outras estruturas formais, nem tão pouco é possível reduzir suas lutas a interesses de classe, de tendência política. Burity (2000) fala em uma intersecção de interesses, num jogo complexo, onde, em cada uma das posições assumidas estão presentes as múltiplas formas de pertencer. Compreender esses Novos Tempos torna-se um desafio, uma vez que nem a ordem funcional, nem a determinação estrutural poderão fornecer os caminhos.

Neste sentido, as teorias do discurso investigam a forma como as práticas sociais articulam e disputam a significação dos eventos que constituem o mundo social. A dimensão do discurso não se encontra em um nível superestrutural ou das idéias, nem pode ser entendido como sinônimo de retórica, como poderia sugerir seu uso no senso comum. O discursivo, segundo Howard e Stavrakakis (2000), pode ser definido como um horizonte teórico dentro do qual todos os objetos são constituídos e seu significado depende de um sistema socialmente construído de regras e diferenças significantes. Em qualquer sociedade haverá sempre uma disputa entre discursos que significam os objetos, ou eventos sociais, que por sua vez sempre se apresentarão significados de alguma maneira.

Os teóricos do discurso defendem que os agentes e sistemas são construções sociais que passam por constantes mudanças históricas, como resultado de práticas políticas (cf. LACLAU & MOUFFE, 1987). Ao mesmo tempo em que a teoria do discurso acentua a contingência de toda identidade social, reconhece, que as fixações parciais de significado são possíveis e necessárias. Uma tarefa principal do teórico do discurso é desenhar e explicar a mudança histórica e social tendo como recurso fatores políticos e lógicos. A ênfase é colocada em explicar o aparecimento e a lógica dos discursos e as identidades socialmente construídas que eles conferem aos sujeitos. Nesta pesquisa, consideramos o APL de viticultura do Vale do São Francisco como um sujeito coletivo.

Para compreender como as identidades são construídas no contexto de multiplicidade de interesses, como é o caso dos novos formatos organizacionais do tipo redes, Laclau (2006) propõe o caminho do reconhecimento das demandas comuns. Assim, a unidade não é dada por uma posição, mas por uma pluralidade de posições que estabelecem entre si certo grau de solidariedade, a partir do reconhecimento das demandas que compartilham. Trata-se, portanto, de uma dimensão estratégica no modo como atuam para constituir um sujeito, a partir do estabelecimento de um eixo de equivalência estabelecido pela solidariedade de interesses. Esta equivalência, entretanto, não pode ser considerada uma relação de identidade uma vez que só é válida para determinadas posições e no interior de um contexto estrutural dado.

Um outro aspecto a ser considerado é que para que haja a incorporação de interesses na cadeia equivalencial, é necessário deixar de fora demandas que entrem em choque com as particularidades de cada sujeito. Deste modo, a cadeia equivalencial vai sendo limitada a partir de conflitos entre demandas. Finalmente, o conflito exerce papel central na construção de identidade em discursos hegemônicos. A relação antagônica não surge de uma identidade constituída, mas da impossibilidade da sua constituição. Este bloqueio de identidade é uma

experiência mútua para ambos: a força antagonica e a força que está sendo antagonizada. As identidades, construídas pelas articulações, são inerentemente entidades políticas que envolvem a construção de antagonismos e o exercício de poder. Além disso, são vulneráveis àquelas forças que foram excluídas no processo de articulação (cf. HOWARTH E STAVRAKAKIS, 2000). A seguir, discorreremos sobre o surgimento dos novos formatos organizacionais e sobre algumas concepções teóricas a cerca dos APLs.

Os novos formatos organizacionais e os APLs

Mise en forme : Puces et numéros

O Pós-fordismo é um termo amplo que sugere uma época distinta da era da produção e consumo de massa, com seus produtos padronizados, concentração do capital e sua forma taylorista de disciplina e organização do trabalho. Segundo Paiva Jr. *et al* (2001, p.3), ele surge no final dos anos sessenta e abre caminho para a chamada fase da especialização flexível. A concepção de pós-fordismo representa uma continuidade da etapa fordista, rompendo com esse modelo e constituindo um paradigma que flexibiliza e descentraliza a produção em pequenos lotes, por meio da automação e do uso de diferentes modalidades de contrato laboral (LARANGEIRA, 1997; DRUCK, 1999).

Neste contexto, surgem novos formatos organizacionais. Segundo Clegg e Hardy (1999), as fronteiras que antes delimitavam a organização burocrática tradicional vão sendo demolidas, ao passo que as entidades se integram e se descaracterizam, passando a formar redes, cadeias, conglomerados e alianças estratégicas, que constituem as denominadas organizações pós-fordistas. Segundo Lopes e Moraes (2000), o termo rede designa acordos de cooperação econômica entre países, alianças estratégicas entre organizações, interação de grupos, conjunto de contatos desenvolvidos por uma pessoa ao longo da vida e fator de vantagem competitiva para a obtenção de um emprego.

De acordo com Lazzarini (2008) as relações nas redes poderão ser mais fortes se houver interdependência recíproca. “Neste caso, o insumo de um ator é o produto de outro ator e vice versa” (p.38). No caso dos *clusters*, a localização próxima torna-se um facilitador para a reciprocidade e intensidade das relações, com o aumento da confiança e da comunicação. Assim, segundo o autor, ao atuar de forma conjunta, partilhando conhecimento e melhores práticas, organizações estabelecidas em uma dada localidade tendem a diminuir custos, desenvolver novos produtos e distribuí-los conjuntamente.

Ainda que as redes tenham como pressuposto a articulação entre as organizações, com vistas à diminuição dos riscos e ao compartilhamento de recursos, evitando a duplicação de esforços, obtendo maior acesso ao *know-how* e às informações, por meio de relações de colaboração com relações mais flexíveis, a busca pela cooperação nem sempre ocorre de maneira harmoniosa e fácil. Relações conflituosas ocorrem mesmo com a dependência entre as partes, podendo ocorrer tensões entre essa dependência e a diversidade de objetivos e interesses de atores com disputas no espaço econômico (GOBBI ET AL., 2005).

As relações em rede, portanto, não são pautadas apenas por esferas de cooperação e por simetrias. Devemos considerar a existência de conflitos de interesses entre os seus integrantes. Segundo Araújo (2000), estas relações são permeadas por integração e dependência assimétrica entre as partes, considerando que a colaboração implica em freqüentes interações e, conseqüentemente, aumenta o potencial para conflitos e divergências. Por outro lado, Souza *et al.* (1997) argumentam que nesse novo tipo de arranjo organizacional as assimetrias entre os participantes tendem a desaparecer e a relação não fica apenas marcada pelo poder de imposição de uma parte sobre a outra, sob a justificativa de que deverá ser preservada a "resistência" da rede no longo prazo. A essência da discussão, segundo Paiva Jr. *et al.* (2001) consiste justamente em questionar até que ponto as redes se constituem num

espaço benigno à geração de uma atmosfera adequada aos seus objetivos de desenvolvimento empresarial.

Nesse sentido, Lazzarini (2008) discute o aspecto de que a existência de certos tipos de redes pode levar a perda de desempenho a medida em que as pessoas tendem a confiar demais em grupos particulares e, com isso, reduzir as oportunidades de interação em um contexto mais amplo. Tal reflexão se estende para os APLs, cuja base se constitui, segundo Amorim *et al.* (2004), pela especialização, complementada pela cooperação praticada entre diversos agentes concentrados em um certo território.

Os APLs se tornaram referência para os novos atores coletivos das políticas públicas de desenvolvimento com verba orçamentária nos órgãos do governo e entidades fomentadoras. No bojo desse modelo de Estado, são inseridas as discussões sobre as parcerias entre os setores público e privado - e idéias sobre a participação dos diversos setores sociais nos negócios públicos (BRITO, 2006). Assim, o modelo de arranjos produtivos locais (APLs), além de ser analisado como um mecanismo para a melhora da competitividade das empresas, é visto também como um fator contribuinte para o desenvolvimento local, promovendo uma inserção positiva na economia globalizada. Constituem-se em redes organizacionais ligadas pela mesma cadeia produtiva, interdependentes e articuladas por meio de sistemas colaborativos de produção e inovação. Atuando desta forma, as empresas passariam a ter melhor posição competitiva do que aquelas que atuam de forma isolada. Tais empresas são normalmente apoiadas por entidades fomentadoras de desenvolvimento, que atuam na formação de recursos humanos, financiamentos e apoio de infra-estrutura. A interação entre as empresas e as instituições gera capacidade de inovação e conhecimento específico. Alguns autores acreditam que os APLs nascem, isto é, não são pré-fabricados nem podem ser criados, mas defendem que o setor público e as instituições coletivas desempenham um papel-chave na sua identificação e no apoio para o seu fortalecimento (MANBERTI; BRAGA, 2004). A seguir, descrevemos os procedimentos metodológicos que norteiam este trabalho.

3. Os caminhos trilhados

O caminho adotado para o entendimento da questão em estudo é o da teoria do discurso. Esta abordagem desenvolvida por autores pós-estruturalistas (i.g. Stuart Hall, Ernesto Laclau) introduz a idéia de que não é possível experienciar um mundo para além dos discursos. Os objetos, personalidades, atitudes e preconceitos são constituídos pelo discurso e principalmente, são construídas as posições assumidas pelos indivíduos em suas práticas discursivas. O espaço social - organizações, instituições, categorias sociais, conceitos, identidades e relacionamentos - é entendido como sendo discursivo por natureza.

Para a realização do estudo foram coletados dados para a construção de um *corpus*. Uma das principais justificativas da aplicação dos princípios de construção de *corpus* em pesquisas é a busca da manutenção do foco do tema em questão, por meio da coerência nas decisões epistemológicas, metodológicas e ontológicas das mesmas. Sinclair (1991) propõe que *corpus* se apresente na forma de uma coletânea de textos naturais escolhidos para caracterizar um estado ou variedade de discursos. São textos “autênticos”, aqueles que existem na linguagem e que não foram criados com o propósito de figurarem no *corpus*. Barthes (1967) aponta que *corpus* é uma coleção finita de materiais (textos, imagens, músicas ou outros materiais) determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar.

O *corpus* analítico foi composto por três entrevistas em profundidade com representantes do setor público, a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária que desempenha relevante papel no desenvolvimento de pesquisas que gerem tecnologias e informações que viabilizem o negócio agrícola e preservem o meio ambiente da região; do

setor privado, uma vinícola instalada na região desde 1998, selecionada devido a sua articulação com os demais membros da rede; e do terceiro setor, o Instituto do Vinho do Vale do São Francisco, associação que congrega empresários do pólo e vários parceiros como por exemplo: o Governo, a Agência de Desenvolvimento e o Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Brasileiro, as EMBRAPA semi-árido e uva e vinho, e a Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport). Seu objetivo é promover o cultivo da uva, a produção e o aperfeiçoamento dos vinhos em toda a região do Submédio São Francisco (VINHOVASF, 2008). Todos os entrevistados estão vinculados diretamente ao Pólo de Vitivinicultura do Vale do São Francisco. As entrevistas foram realizadas tendo como base um roteiro de questionamentos cuja principal finalidade era servir como ponto de partida para o aprofundamento das idéias. A escolha dos atores que participaram da pesquisa foi realizada considerando-se a disposição em colaborar com a pesquisa e a representação das diversas identidades dentro do campo discursivo em questão.

Operacionalmente, a análise temática ocorreu em três etapas: a primeira, denominada de pré-análise, na qual houve uma retomada dos objetivos da pesquisa, comparando-os ao material coletado. Após isso, foi realizada a leitura flutuante desse material, a qual consistiu em ler exaustivamente, “deixando-se impregnar pelo seu conteúdo”. Na segunda fase, a de exploração do material, houve a administração das técnicas sobre o *corpus* e na última etapa ocorreu o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos mesmos. Aqui o analista propõe inferências e realiza interpretações com base no referencial teórico que norteia o estudo que, neste caso, foi inspirado na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, utilizando-se os conceitos especificados no item anterior.

4. O Pólo de Vitivinicultura

O Vale do São Francisco é composto por quatro zonas fisiográficas: alto, médio, submédio e baixo São Francisco (CODEVASF, 2007). A região do Pólo Petrolina – Juazeiro situa-se na zona fisiográfica do Baixo Médio São Francisco, área incluída no Polígono das Secas⁴. Antes da intervenção da CODEVASF – Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, sua principal atividade econômica era o comércio, cumprindo a função de entreposto comercial com influência expressiva sobre parte dos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. De forma secundária, posicionavam-se as atividades ligadas à agricultura e à pecuária (LIMA E MIRANDA, 2001).

Atualmente, com o apoio de políticas públicas e de iniciativas privadas o Vale do São Francisco tem apresentado acelerado crescimento da produção agrícola irrigada, sendo considerado o maior e mais dinâmico pólo de fruticultura irrigada do Brasil. A vitivinicultura e o conseqüente desenvolvimento dos vinhos do Vale do São Francisco é um dos projetos que vêm contribuindo para o estabelecimento da agroindústria. Desde os anos 1980, ela vem sendo implementada na região contrariando todo o conhecimento acerca das condições adequadas para a produção de vinho. Única região vinícola do mundo situada no clima semi-árido, o Vale desponta como uma nova fronteira internacional na produção de vinhos finos. As condições climáticas diferenciadas e tecnologias de corte das uvas e irrigação têm

⁴ Atualmente, o Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135/97 do Conselho Deliberativo da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, compreende uma área de 1.083.790,7 km², correspondentes a 1.348 municípios, distribuídos pelos Estados do Piauí (214), Ceará (180), Rio Grande do Norte (161), Paraíba (223), Pernambuco (145), Alagoas (51), Sergipe (32), Bahia (256) e Minas Gerais (86). É reconhecido pela legislação como sujeito à repetidas crises de prolongamento das estiagens e, conseqüentemente, objeto de especiais providências do setor público (CODEVASF, 2008).

permitido a coleta de duas safras anuais de uvas viníferas. Desse modo, com 800 hectares plantados, o pólo já é responsável por 30% da produção nacional (ADDIPER, 2007).

De acordo com a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), a viticultura do Vale foi responsável, entre os anos de 1997 e 2003, por 96% do total exportado pelo Brasil. O desenvolvimento deste APL que engloba, em Pernambuco, os municípios de Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, e na Bahia, o de Casa Nova, objetiva viabilizar a produção de vinhos com tipicidade local, ordenamento, controle da produção e demais atividades de fiscalização do setor dentro dos Estados, criando-se um selo de qualidade regional. Nos últimos anos foram realizados no setor da vitivinicultura investimentos privados de 50 milhões de reais e investimentos públicos de 30 milhões de reais (PORTO DIGITAL, 2006).

A vitivinicultura no Vale é uma cultura recente. As primeiras grandes empresas agrícolas que começaram a investir no Vale do São Francisco, ainda na década de 1970, estavam voltadas para a produção de vinho e uva de mesa. Com incentivos da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e do BNB – Banco do Nordeste do Brasil, a Fazenda Milano, localizada no município de Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco, implantou o projeto da Vinícola do São Francisco Ltda. Este foi o empreendimento que iria dar origem a mais nova região vitivinícola do país (SILVA, 2001). A empresa começou a fabricar vinhos em 1984 vendidos a granel, para ser comercializado sob o rótulo da Maison Forestier do Rio Grande do Sul (LINS, 1995). Com o fim do contrato a vinícola passou a envazar os produtos com marca própria, primeiro o vinho Milano e depois o vinho Botticelli.

As condições do Vale têm atraído empreendedores de outras regiões do país, como também estrangeiros com o objetivo de criar novos negócios. Como exemplo, pode-se citar a vinícola Vinibrasil, inicialmente uma *joint venture* entre o grupo pernambucano Raymundo da Fonte, a empresa paulista Expand (maior importadora de vinhos do país) e a vinícola portuguesa Dão Sul. Em junho de 2008, a Dão Sul assumiu o controle da vinícola ao comprar as cotas das outras empresas (MÜLLER, 2008). Também, observamos um contínuo incremento demográfico, com movimentos intra e interregionais de migrantes em busca de trabalho e renda. Ainda se dirige para o Vale, embora com menor intensidade, uma mão-de-obra com qualificação definida, vinculada às atividades do setor terciário e à produção agroindustrial, em especial as relacionadas à produção de vinho como: enólogos e técnicos em enologia (ASFORA, 1999). O quadro, a seguir, apresenta as vinícolas do Vale do São Francisco que produzem vinhos finos com seus respectivos produtos.

Quadro 1 – Vinícolas do Vale do São Francisco e seus produtos

Município – Estado	Empresa (s)	Marca(s) do Produto
Santa Maria da Boa Vista – PE	Vinícola Vale do São Francisco Ltda.	Botticelli
Lagoa Grande – PE	Adega Bianchetti Tedesco Ltda.	Bianchetti
	Vitivinícola Lagoa Grande Ltda.	Carrancas, Garziera
	Vinibrasil	Adega do Vale, Rio Sol, Rendeiras, Paralelo 8
	Ducos Vinícola Comércio Indústria e Exportação Ltda.	Château Ducos
Casa Nova – BA	Ouro Verde Ltda.	Terranova Miolo

Fonte: dados levantados pelos autores

5. Algumas reflexões sobre as convergências e as particularidades em torno do desenvolvimento da vitivinicultura no Vale do São Francisco

As convergências

Mise en forme : Puces et numéros

A partir da análise das entrevistas realizadas com agentes econômicos do setor privado, setor público e do terceiro setor, que integram o pólo de vitivinicultura do Vale do São Francisco, tecemos algumas considerações, a título de reflexão, sobre o processo de constituição deste APL. Observamos algumas convergências no modo como esses agentes interpretam os caminhos para o desenvolvimento do pólo. Essas convergências poderão servir como base para a articulação de um eixo de equivalências em torno do qual o arranjo poderá se consolidar.

Uma das convergências é o reconhecimento de que o desenvolvimento (ou mais que isso, a sobrevivência) do setor está intrinsecamente ligado ao investimento em pesquisas tecnológicas que apontem as melhores técnicas de manejo na produção em condições tão inovadoras (i.e. em baixas latitudes, em regiões que não possuem tradição em vitivinicultura). Os vinhos do 'Novo Mundo', são conhecidos como vinhos tecnológicos em uma referência ao domínio científico em seu processo de produção. Neste sentido, o extrato abaixo exemplifica o trabalho que vem sendo desenvolvido no Vale e que articula interesses dos diferentes atores num campo que requer pesados investimentos científicos, impossíveis de serem empreendidos de modo isolado.

Então, especificamente para vinho, neste projeto inicial da FINEP, nós contamos aí com 1 milhão de reais da FINEP, que está ligada ao Ministério da Tecnologia, 500 mil da EMBRAPA. Nós montamos o laboratório de enologia e três campos experimentais em três fazendas, de parceiros, que são: a Botticelli, a Rio Sol e a Garziera. Então é uma pesquisa de desenvolvimento em parceria com o setor privado, que é o mais interessado. Então, a nossa colaboração e contribuição, é bom..., as vinícolas têm cubas enormes, nós montamos uma estrutura experimental da EMBRAPA, cubas de 200, 300, 500 litros, reduzidas, para poder fazer pesquisa de pequeno volume, mas que se aproxime, cujos resultados possam ser incorporados utilizados pelos produtores. Então, a gente tá finalizando estes testes. Das 28 variedades, foram testadas 12 que se mostraram, no primeiro momento, bastante adaptadas a região. As 12 que se mostraram interessantes, elas foram plantadas em meio hectare de cada. Ou seja, 1500 plantas de cada. (EMBRAPA)

Outra convergência que podemos apontar é a priorização em torno do processo de construção de uma identidade para o vinho da região, a partir do entendimento de que devido às características específicas do vinho, e a simbologia que envolve sua produção e principalmente seu consumo (COSTELLO, 2006), não basta a excelência na capacidade de oferta se os caminhos para o aumento da demanda não forem encontrados. Para participar do mercado de vinhos finos como pretende o setor, o vinho do Vale precisa se integrar aos discursos do vinho para transmitir seu padrão de qualidade. Para isso, o setor têm se mobilizado para obter certificações referentes à Indicação de Procedência e Denominação de Origem.

As empresas dominantes conseguem criar barreiras à entrada de novos competidores, como afirma Garcia-Parpet (2004), a partir de regulações, na forma de denominações de origem controlada e, no mercado do vinho, as inovações tecnológicas, são excluídas em nome de uma institucionalização da raridade, construída sobre a valorização de métodos "tradicionais" e pela delimitação de certas zonas privilegiadas de produção. O trecho abaixo nos mostra a preocupação de um dos entrevistados em definir a tipicidade do *terroir* do Vale.

Existe sim um terroir. Terroir é a relação entre o clima e o solo, e o Vale do São Francisco é único. Quando falei que o vinho do Vale é único..., a climatologia, a temperatura média é 26 graus no ano, as chuvas são concentradas de dezembro a março e abril, com horas de insolação acima do normal. O único problema que nós temos em termos de solo é a acidez, porque se a gente deixar demais a uva no pé elas ficam sem acidez... É por isso que as uvas de mesa do Vale do São Francisco são as mais consumidas no mundo. 95% das uvas de mesa exportadas pelo Brasil saem do Vale do São Francisco. Elas são doces, são macias, são bonitas... Isso graças a... além das técnicas de produção, também ao terroir, ao sol, ao corte na hora certa, ao método de irrigação (Instituto do Vinho, Terceiro Setor)

A criação de um mercado consumidor interno de vinho é um outro desafio a ser enfrentado pelo setor que pode ser considerada mais uma convergência, assim como as anteriores. Podemos considerar o consumo de alimentos e de bebidas como um complexo sistema de símbolos que expressa dimensões sociais, históricas, sexuais, econômicas, religiosas, éticas e estéticas ligadas à cultura e as relações de poder (PILLA, 2005).

Um dos aspectos relevantes para o entendimento da simbologia que envolve os alimentos e as bebidas refere-se à sua dimensão histórica, uma vez que se estes se constituem no interior de uma cultura, sendo produzidos com a matéria-prima e segundo as condições ambientais de sua região de origem. Com o surgimento da cozinha industrial e outras mudanças relativas à conservação, transportes e distribuição, os alimentos descolam de sua territorialidade para serem distribuídos em classe mundial por empresas como Coca-Cola, Nabisco, Hershey Foods Corporation. De certo modo rompe-se a relação entre o lugar e o alimento (ORTIZ, 1994). Desse modo, a idéia de expansão do mercado de consumo do vinho para regiões onde não existe tradição de consumo do produto tornou-se um horizonte possível e diante do desafio de torná-lo viável os agentes econômicos estabelecem parcerias em ações voltadas para o mercado. O trecho abaixo mostra que os atores do APL vêm trabalhando na promoção e divulgação do vinho do Vale e compartilham os custos envolvidos nestas ações.

Ações de promoção e divulgação na mídia impressa, televisiva, rádio, feiras, palestras, cursos sempre visando garçons, maitres, donos de bares e restaurantes, revistas direcionadas a vinho. O custo dessas ações é muito alto por isso são compartilhados. Existe muito desconhecimento, mesmo aqueles que querem trabalhar diretamente com o vinho, não o conhecem. Nosso trabalho é trabalho de formiguinha, com educação. (Instituto do Vinho, Terceiro Setor)

As particularidades

← - - - Mise en forme : Puces et numéros

Os setores público, privado e terceiro setor são constituídos a partir de discursos de natureza diferentes e, a despeito das convergências, existem particularidades no discurso de um ou de outro que geram conflitos que podem ameaçar a cadeia de equivalência. Faz-se necessário o desenvolvimento da competência de reconverter estes discursos incorporando os elementos consensuais e deixando de fora os aspectos conflitantes. Do lado das empresas, a predominância do discurso do mercado tende a privilegiar o curto prazo e a razão instrumental como *modos operandi*. Integra essa lógica uma visão que opõe prática e teoria, privilegiando a esfera do desempenho em detrimento da construção, etapa do conhecimento desvalorizada nessa visão pautada na racionalidade instrumental que considera o uso como a razão de ser. O imediatismo preponderante nas ações governadas pelo mundo do curto prazo é muitas vezes incompatível com as dinâmicas da produção científica que ainda não está organizada segundo a lógica do mercado. Um exemplo da diferença entre os discursos pode ser observada a seguir na fala de um representante do setor privado.

Outra coisa: o universo Embrapiano não casa de forma nenhuma com o pensamento da iniciativa privada. Nós precisamos de respostas pra ontem. Entende? Não queremos saber se a Embapa unidade A tem ciúme da unidade B. Não me interessa isso. Eu olho pra pesquisa, e de cara eu vejo aonde a pesquisa está falha. Entendeu. (Empresa, setor privado)

Outro aspecto que pode ser apontado como fonte de particularidades são as relações assimétricas entre as empresas que atuam na região. Um dos pilares da concepção dos pólos de desenvolvimento é o fator território. A proximidade é entendida como propulsora de sinergia. No entanto, as relações não ocorrem sem diferenças entre as partes. Segundo Tálamo e Carvalho (2004), o aparecimento de uma empresa-líder, por exemplo, que passe a exercer forte influência nas estratégias das demais empresas, ofuscando as ações conjuntas de cooperação, pode contribuir para o surgimento de assimetrias e levar a problemas na formação de uma rede. Amato Neto (2000, p. 149) destaca outro fator, a questão cultural, como uma barreira para a criação e o desenvolvimento de redes de cooperação. Ele se refere à cultura empresarial dominante que poderia ser caracterizada, ainda que de forma bastante simplista, “por um comportamento empresarial individualista, de perspectivas de curto prazo e de lucros imediatos, e de grande desconfiança com relação ao estabelecimento de alianças estratégicas, parcerias ou de outros tipos de associações interempresariais”. Tais aspectos podem ser observados nos trechos abaixo.

O empresário brasileiro, não é o nordestino, o empresário brasileiro não tem a cultura do associativismo, não tem a cultura de trabalhar em conjunto para um objetivo. Ainda há muita desconfiança. As idiossincrasias de cada um ainda concorrem para enfraquecer um movimento organizado em prol de um objetivo regional” (Empresa, setor privado)

Tem uma empresa, pode não ser uma empresa grande, mas é tradicional, que não vai participar, não quer saber desta história. Este problema tem que ser visto”. (Empresa, setor privado)

A concorrência entre grandes e pequenas empresas exige que as pequenas empresas trabalhem com parcerias. (Empresa, setor privado)

6. Considerações finais

A problemática teórica aponta para os limites explicativos dos conceitos desenvolvidos para pensar um mundo moldado pelo projeto moderno. Nesse sentido, a opção por uma abordagem discursiva denota nosso posicionamento epistemológico no que diz respeito a uma visão de ciência e ao lugar do conhecimento no mundo social. O pensamento pós-estruturalista apresenta o sujeito coletivo como ser resultante de uma aliança circunstancial, construída com base na solidariedade estabelecida por dimensões equivalentes das demandas de atores heterogêneos. A aliança torna-se possível na medida em que as dimensões particulares das demandas são deixadas de lado do eixo de equivalência.

Nesse sentido, a estabilidade e a manutenção deste sujeito encontram-se constantemente ameaçadas pela potencial irrupção das particularidades diante das contingências. A contribuição desta teoria para o estudo dos fenômenos relacionados às organizações ocorre no sentido de questionar os limites do conhecimento que se pretende universalizante e que se apresenta sob regime de verdade, apontando a fragilidade dos pilares sobre os quais este conhecimento se assenta: os essencialismos a-históricos e descontextualizados e a parcialidade decorrente da leitura ingênua da realidade que ignora ou negligencia as dimensões políticas e culturais constitutivas do mundo social.

No caso do setor de vitivinicultura do Vale do São Francisco, observamos que a constituição deste APL encontra-se atravessada por convergências e particularidades. Estas convergências poderão servir de base para a articulação dos atores em torno de um Projeto para a região e, dessa maneira, contribuir para a constituição e manutenção desse sujeito coletivo. Sem este Projeto, o setor encontrará obstáculos para sua consolidação na medida em que, nas palavras de seus integrantes, apesar da sua capacidade produtiva, não possui os elementos relacionados aos sentidos dominantes de qualidade do vinho, que têm origem na tradição e são fortemente controlados por regulações já institucionalizadas. Para levar a cabo suas políticas, inclusive no que diz respeito ao financiamento de pesquisas, tecnológicas ou voltadas para o desenvolvimento do mercado consumidor, é necessário que o setor se articule em torno deste sujeito coletivo, reconhecendo suas particularidades, mas construindo um eixo de equivalências em torno das convergências encontradas.

Algumas convergências que entrecruzam os discursos dos atores que compõem este APL são: o interesse na construção de uma identidade para o vinho da região, a preocupação com a realização de investimentos em pesquisas tecnológicas e a criação de um mercado consumidor interno para os seus vinhos. Entre as particularidades que podem comprometer a sua manutenção foram encontradas: os diferentes discursos que constituem os setores público, privado e terceiro setor e a existência de relações assimétricas entre as empresas que atuam na região. Tais particularidades, como já mencionado, ameaçam a constituição e manutenção do APL à medida em que geram conflitos que podem enfraquecer a relação entre os diferentes atores dificultando as ações em torno dos interesses comuns.

Apesar das concepções de redes, parcerias e alianças estratégicas tenderem a priorizar os aspectos formais das configurações dos arranjos, como planejamento, objetivos e eficiência, observamos que para sua compreensão não podemos desconsiderar a intencionalidade dos seus atores nem esquecer que suas práticas culturais são decorrentes da historicidade das regiões que suportam essas práticas. Assim, as redes organizacionais, como o APL analisado neste trabalho, precisam ser entendidas como fenômenos singulares, políticos, morais, intencionais, históricos, humanos, compostos de culturas, valores, disputas de poder, enfim, de todas estas características que não cabem aos sistemas naturais.

Referências

- ADDIPER - Agência de desenvolvimento econômico de Pernambuco **Vitivinicultura**. In: <http://www.addiper.pe.gov.br/segmentoseconomicos/vitivinicultura.php> [acesso em 15 de outubro de 2007].
- AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. Oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMORIM, M. A. e MOREIRA, M.V.C; IPIRANGÁ, A.S.R. A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais (APLs) no Estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e governança. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 9, p.25-34, set. 2004.
- ARAÚJO, L. As relações interorganizacionais. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M.P.(Orgs.). **Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea luso-brasileira**. São Paulo: Iglu, 2000.
- ASFORA, Maria de Fatima Yasbeck. Estratégias globalizantes e o nordeste agrário. **Revista Symposium**. Ano 3, número especial, p. 45 – 53, dez. 1999.
- AZEVEDO, Beatriz. **Clusters: os distritos industriais em países em desenvolvimento**. Desenvolvimento em Questão. Ed. Unijuí. Ano 1.n. 2. jul./dez.2003.
- BARTHES, Roland. **Elements of Semiology**. New York, Hill and Wang, The Noonday Press, 1967.

- BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, nº 2, pp. 7-12, março de 2001.
- BRITO, M. F. **A Cantiga das Parcerias Público-Privadas na Gestão Urbana Local**. In: www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/manuelita.pdf. [acesso em 13 de agosto de 2006].
- BURRELL, G; MORGAN, "Sociological Paradigms and Organizational Analysis", Heinemann, London, 1979.
- BURITY, Joanildo A, **Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais**. Relatório de pesquisa., Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2000. Relatório Mimeografado.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. **Globalização & Inovação Localizada**: experiências em sistemas locais no Mercosul. Brasília, IBICT/MCT, 1999.
- _____. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. **Revista de economia contemporânea**, v. 5, p. 103-136, 2001.
- _____. **Políticas para a promoção de sistemas produtivos locais**: conceitos, vantagens e restrições de equívocos usuais. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2003. In: www.ie.ufrj.br. [acesso em 10 de novembro de 2004].
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- CHALMERS, Allan F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CLEGG, Stewart. **Organizações Modernas**. Celta:Oeiras, Portugal, 1998.
- _____.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R.(orgs. ed. inglesa) e CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (orgs. ed. brasileira). **Handbook de estudos organizacionais**, v.1. São Paulo: Atlas, 1999.
- CODEVASF. In: <http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus>. [acesso em 30 de março de 2007].
- _____. **Estados, áreas e municípios**. In: http://www.codevasf.gov.br/os_vales_verificar/arquivo_morto/estados/. [acesso em 12 de novembro de 2008].
- CORRÊA, M.I.S. **Os Novos Tempos e a constituição discursiva do sujeito coletivo: um estudo no campo do empreendedorismo no setor de tecnologia da informação e comunicação**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2007.
- COSTELLO, Colleen. **Towards an integrated discourse of wine**. The Ohio State University. Junho, 2006.
- COURLET, Claude. **Territoires et régions: les grands oubliés du développement économique**. Paris, L'Harmattan, 2001, 133 p.
- _____. *et al.* **Territoire et développement économique ou Maroc: Les cas systèmes productifs localisés**. Paris, L'Harmattan, 2006, 161 p.
- DRUCK, M. G. **Terceirização: (Des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade "vinho, o modelo francês em questão" **Tempo Social** - revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrol**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GOBBI, Beatriz C. et al. Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. In: **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 1, Mar. 2005.
- HALL, Stuart. "The Meaning of New Times". In: MORLEY and CHEN (eds.), **Stuart Hall - critical dialogues in cultural studies**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 1996. p. 223-237.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- HOWARTH, David; STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse Theory and Political Analysis**: identities, hegemonies and social change. Manchester, Manchester University, p. 1-23, 2000.
- LACLAU, Ernesto. “Inclusão, exclusão e a construção de identidades”. In: AMARAL JR., Aécio & BURITY, Joanildo de A. (orgs). **Inclusão Social Identidade e Diferença**: Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo, Annablume, 2006.
- ____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estrategia Socialista**: Hacia una radicalización de la democracia. Madrid, Siglo XXI, 1987.
- LARANGEIRA, S. M.G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATANNI, A. D. (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed.Universidade, pp. 89-94, 1997.
- LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist>. [acesso em 10 de novembro de 2004].
- LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.
- LAZZARINI, Sérgio G. **Empresas em rede**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- LIMA, J. P. R.; MIRANDA, E. A. de A. Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 32, n. Especial, 2001, p. 611-632.
- LINS, Roberta de Meira. **Organização da cadeia produtiva do vinho na região do São Francisco**: o caso da Vinícola do Vale do São Francisco Ltda. 1995. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), UFRPE, Recife.
- LOPES, H. E. G.; MORAES, L.F.R. Redes e organizações: algumas questões conceituais e analíticas. **Anais do I ENEO**, Curitiba, 2000.
- MAMBERTI, Marina M. S; BRAGA, Roberto. **Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local**. Anais do “I Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas”. UNESP, Rio Claro, 19 a 21/05/2004.
- MISOCZKY, Maria Ceci. Da abordagem dos sistemas abertos à complexidade: algumas reflexões sobre seus limites para compreender os processos de interação social. **Cadernos EBRAPE. BR**, v.1, n.1, 2003.
- MÜLLER, Tânia. **Expand vende suas cotas da Vinibrasil para a Dão Sul**. In: <http://www.sosni.com.br/html/modules.php?name=News&file=article&sid=4964> [acesso em 13 de outubro de 2008].
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 234p.
- PAIVA JR, F.G; BARBOSA, F. V.; GONÇALVES, C.A; PEREIRA, V. Las redes organizacionales em el escenario de cluster: un entornode oportunidades para las pequeñas y medianas empresas. XXXVI CONGRESO LATINO-AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRACIÓN - CLADEA, Ciudad del México, México, 2001. Ciudad del México: CLADEA, 2001.
- PILLA, Maria C. B. A. Gosto e deleite: construção e sentido de um *menu* elegante. **História**: questões & debates, Curitiba, n. 42, p. 53-69, 2005. Editora UFPR.
- PORTER, M. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PORTO Digital. **Economia**. In: <http://www.portodigital.com.br>. [acesso em 04 de julho de 2006].
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 6. ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.

- SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), UNICAMP, Campinas.
- SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- SOUZA, Renato Souza. O funcionalismo sistêmico nas teorias sociais e organizacional: evolução e crítica. **REAd** Edição 19 Vol. 7 No. 1, jan-fev 2001. Disponível em: <http://read.ea.ufrgs.br/read19/artigo/artigo1.htm>. [Acesso em 10 de julho 2008].
- SOUZA, M. C; MAZZALI, L.;BACIC, M. J.. Relações de cooperação com as grandes empresas: oportunidade e limites para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas - reflexões para o caso do Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p.201-234, 1997.
- TÁLAMO, José Roberto; CARVALHO, Marly Monteiro. Seleção dos objetivos fundamentais de uma rede de cooperação empresarial. **Revista Gestão e Produção**, v.11, n.2, p.239-250, mai.-ago, 2004.
- TORFING, Jacob. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford, Blackwell Publishers, 1999.
- VINHOVASF. **Instituto do vinho do Vale So São Francisco**. In: <http://www.vinhovASF.com.br/site/principal/index.php>. [acesso em 12 de novembro de 2008].
- WESTWOOD, Robert, CLEGG, Stewart. **Debating organization**: point-counterpoint in organization studies. Oxford: Blackwell, 2003.